ENSAIO

Egipto empatado

POR BERNARDO PIRES DE LIMA
Colunista do DN e Investigador do IPRI-UNL

Se a Líbia é o grande desafio à postura e doutrina humanitária transatlântica, o Egipto é a chave para o modelo futuro nos países árabes em convulsão. Não é apenas por ser o país árabe mais populoso numa região que o vê como referencial estratégico entre Norte de África e Médio Oriente. A sua influência reside na preponderância sistémica e histórica das Forças Armadas, no modelo presidencialista carismático, no valor simbólico da queda de um ditador respeitado pelos seus pares às mãos de uma sociedade com problemas partilhados por tantas outras na vizinhança, ou na incubadora de movimentos islamistas transnacionais em que se tornou a Irmandade Muçulmana (IM). Esta, por ser o movimento da oposição mais estruturado e com melhor ramificação social na Líbia e no Egipto, garante mínimos de imprevisibilidade comportamental capaz de assustar as Forças Armadas, o Ocidente e a paz com Israel. Mubarak caiu, mas terá o regime caído com ele?

Em boa verdade, a máxima mubarakiana do «eu ou o caos» não vingou. Mas depois de encontrada a fórmula – substituir o general por uma junta militar que desse hipótese à transição reivindicada na Praça Tahrir e que promovesse a sensação de congregação nacional atendendo às sensibilidades e propostas das oposições – mantém-se a dúvida: estão as Forças Armadas disponíveis para ceder espaço a um poder político civil e que necessariamente exija a sua subordinação? A implicação directa desta disponibilidade pode resultar numa contra-investida dos partidos mais representativos, motivada por instintos violentos (sectores radicais da IM) ou por uma investigação profunda à corrupção na corte de Mubarak tendo como alvo os militares. Por outras palavras, o modelo de transição egípcio em curso está refém da evolução nas relações civis-militares e, deste ponto de vista, não se afasta do dilema sentido nas experiências europeias e sul-americanas dos anos 1970 e 1980. A grande diferença é que o modelo pós-ditatorial no Egipto (e na região) está sob maior indefinição e a influência ocidental no seu rumo tem hoje equilibradores de peso crescente como a Turquia e o Irão. Se lermos o recente referendo às emendas constitucionais como o compromisso possível entre o *establishment* político-militar e os movimentos reformistas, verificamos que o andamento da transição democrática está muito mais lento do que os jovens de Tahrir desejaram. E se a economia e o emprego não recuperarem rapidamente e o impasse político teimar, voltaremos a ver o Cairo na abertura dos telejornais.

Mesmo que estes debates não preocupem toda a sociedade, grande parte das elites está apostada neles. Promovem-se debates, manifestações, encontros e conferências internacionais onde a palavra de ordem é que «a revolução não derrapará». Acusam-se os governos de transição de não serem capazes de preparar um ambiente propício à consciencialização dos eleitores para as novas realidades destes países. Há, de um lado, quem escreva na imprensa que «as ditaduras árabes eliminaram as palavras dignidade e liberdade» ou que «o povo faz-se ouvir após décadas calado». Há, do outro lado, quem imponha as leis antigreve, porque «os protestos passaram a ser sistemáticos e o caos bloqueia a produção», ou apresse os actos eleitorais para concepção das constituições de modo a impedir que novas forças políticas tenham tempo de mobilizar apoiantes.

No Cairo, mais do que no resto do país, é possível ver-se o confronto de ideias e um incipiente processo de democratização a nascer. Num dos teatros da cidade foi posta em cena há poucos dias a peça *Um Bilhete para Tahrir*, onde o processo de criação também faz lembrar os tempos do PREC português. A peça é baseada nas histórias pessoais de cada um dos 64 actores enquanto estiveram na Praça Tahrir e é atravessada por improvisações, situações reais e muito protesto. Basta ouvir a primeira deixa que uma das actrizes atira ao público: «Hoje não quero representar. Estou em greve.»

Se a realidade social é típica dos tempos revolucionários, já a nível económico o caos começa a instalar-se devido às reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho. O turismo, que é em ambos os países uma das principais fontes de rendimento de grande parte da população e do investimento empresarial, é o que mais sofre com a inconstância dos dias. Na Tunísia, na região de Sousse, o panorama era trágico: em 104 hotéis só cinquenta estavam a funcionar. Quanto ao número de turistas que tinham visitado o local durante o primeiro trimestre de 2010, quando comparado com o mesmo período em 2011, ele baixava de vinte mil para seis mil. No Egipto, a realidade é demasiado parecida e a crise no turismo está a ser sentida com grande desconfiança perante o futuro. Segundo um especialista no sector, o receio maior é que a Irmandade Muçulmana vença as eleições e que esta actividade seja pura e simplesmente fechada.

Enquanto as eleições não chegam, o mesmo acontece aos turistas. Preocupados com a insegurança no destino, os estrangeiros suspenderam a curiosidade perante o apelo da história dos faraós e procuraram outros locais para visitar. Basta ver a estância turística de Hurghada, criada de raiz sobre o deserto junto ao mar Vermelho, habitualmente com milhares de turistas e que se encontra agora vazia. Desde o aeroporto aos hotéis de cinco estrelas, estes com pouco mais ocupação do que meia dúzia de quartos, entre as centenas que possuem. Num desses hotéis, a praia privativa está sem banhistas e o ho-